

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA DIANA BARBOSA DE FREITAS

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA FAMÍLIA, ELABORADAS POR
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

MARIA DIANA BARBOSA DE FREITAS

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA FAMÍLIA, ELABORADAS POR
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso- Artigo Científico apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção de grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Me. Joel Lima Júnior.

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2018

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA FAMÍLIA, ELABORADAS POR ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Maria Diana Barbosa de Freitas¹

Joel Lima Junior²

RESUMO

As representações sociais de adolescentes que estão em processo de cumprimento de medidas socioeducativas, no que diz respeito às suas famílias, ainda são pouco abordadas. O presente artigo foi realizado no intuito de identificar essas representações sociais que são elaboradas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como também, analisar a inserção desses jovens na infração, e ainda, observar como os jovens em conflito com a lei justificam essa entrada e, por fim, compreender como se dão os vínculos afetivos desses adolescentes em conflito com lei pertinente à família. A metodologia do trabalho foi baseada em uma pesquisa de campo, realizada no Centro de Semiliberdade Regional de Juazeiro do Norte, com uma amostra de cinco adolescentes, do gênero masculino, em cumprimento de medidas socioeducativas, com idade entre 14 e 18 anos. Com os referidos jovens foram realizadas entrevistas semiestruturadas e, posteriormente, uma análise de conteúdo com os resultados obtidos. Através dos resultados desse trabalho, foi possível constatar que os adolescentes submetidos a medidas socioeducativas são levados, muitas vezes, à prática de atos infracionais, pela influência de seus amigos, pela aquisição de dinheiro fácil e, ainda, pelo uso de substâncias ilícitas. Nota-se, ainda, que os mesmos veem suas famílias como uma forma de sustentação e apoio para o cumprimento de suas medidas se dê de forma mais positiva. Percebe-se, ademais, que almejam um futuro após o citado procedimento socioeducativo. Estes resultados apontam para a importância que a família desempenha no processo de ressocialização desses adolescentes, com a consequente reinserção dos mesmos na convivência social.

Palavras-chave: Representações Sociais. Família. Adolescência. Medidas Socioeducativas.

ABSTRACT

The social representations of adolescents who are in the process of complying with socio-educational measures, with respect to their families, are still little discussed. The present article was carried out in order to identify those social representations that are elaborated by adolescents in fulfillment of socio-educational measures, as well as to analyze the insertion of these young people in the infraction, and also to observe how young people in conflict with the law justify this entry and , finally, to understand how the affective bonds of these adolescents are in conflict with the law pertinent to the family. The methodology of the study was based on a field research, carried out at the Regional Semi-liberty Center of Juazeiro do Norte, with a sample of five male adolescents, in compliance with socio-educational measures, aged between 14 and 18 years. With

¹ Discente do curso de Psicologia, Unileão. Email: difreitas19@hotmail.com

² Professor Orientador Mestre em Ciências da Saúde, UFRN. Email: joellima@leaosampaio.edu.br

these young people, semi-structured interviews were carried out and, subsequently, a content analysis with the results obtained. Through the results of this study, it was possible to verify that adolescents undergoing socio-educational measures are often taken to the practice of infractions, by the influence of their friends, by the acquisition of easy money and also by the use of illicit substances. It is also noted that they see their families as a form of support and support for compliance with their measures is given in a more positive way. It is also perceived that they aim for a future after the aforementioned socio-educational procedure. These results point to the importance that the family plays in the process of resocialization of these adolescents, with the consequent reintegration of them in social coexistence.

Keywords: Social Representations. Family. Adolescence. Educational Measures.

1 INTRODUÇÃO

A família atua como um grupo social que atua no desenvolvimento de adolescentes por ser organizada de uma forma complexa, e interagir no contexto social de forma mais ampla. A participação da mesma na vida de menores em conflito com a lei, possui bastante relevância tornando nítida o seu papel no desenvolvimento do mesmo. O processo de ensinamento primário se dá no seio familiar, como as formas de como os ensinamentos são perpassadas dentro do contexto familiar, no estabelecimento de normas e limites para as relações interpessoais e ainda assim, as preparações para o convívio do mesmo em sociedade, desenvolvem ainda um papel fundamental, atuando na construção da personalidade do indivíduo, como também, em seu comportamento (SCHENKER; MINAYO, 2003).

Os adolescentes que cometem os atos infracionais possuem o direito de serem instruídos e orientados sobre os atos que cometeram, pois há uma necessidade de conscientização por parte deles. Nota-se que o adolescente que é acompanhado pela família durante o seu regime de cumprimento de medidas socioeducativas, passa a se sentir mais confiante e amparado, e em decorrência disso a ressocialização possa se dar a ressocialização (SINASE, 2006). Desta forma, pode-se afirmar o quão importante se torna a família quando participativa na vida desses adolescentes, pois apesar desses adolescentes ter agido de forma irregular, o que se deseja entre eles é que sejam protegidos e amados pela sua família (BRASIL, 1990).

A escolha do tema se deu após a observação do contexto de violência cometida por jovens e o número de casos transmitidos pelos telejornais, assim como a experiência atual ou anterior com uso de substâncias psicoativas, ou até em situações de atos infracionais, da família, que podem influenciar o jovem a adentrar também na infração. Considerando isso, se notou que

poderia haver alguma ligação com o número gradual de casos em instituições para adolescentes em conflito com a lei.

Observou-se ainda que havia uma necessidade de apresentar dados e estudos sobre a temática em questão, do jovem em conflito com a lei, como ele percebe sua família e a relação com a mesma, tendo em vista ainda, que o estudo possa contribuir para os acadêmicos e profissionais das áreas de Psicologia Jurídica e Psicologia Social, onde possa incentivá-los a buscar novas perspectivas tanto nesse assunto, para que cada vez mais possa ser desvendada essa inserção desses jovens no âmbito criminal e suas representações acerca de sua família. Com a pesquisa esperou-se apresentar dados correlacionais a população para futuras reflexões no contexto pesquisado, como também, oferecer conhecimento para reflexões críticas sobre o papel da família, sobre as decisões que o jovem adentre ou não no contexto da criminalidade.

Tendo como base a Teoria das Representações Sociais (TRS), esse estudo buscou identificar as Representações Sociais (RS) acerca da família, elaboradas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, tendo como objetivo geral a identificação dessas representações sociais, como também, analisar como se dão os vínculos familiares desses adolescentes em medidas socioeducativas e ainda como esses jovens se percebem e justificam essa entrada. Diante do embasamento teórico disposto no referencial, que irá conter conteúdos uma breve conceituação sobre as representações sociais, família e adolescentes em conflito com a lei, como também, sobre medidas socioeducativas e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O estudo visou ainda à realização de um estudo de campo que foi realizado no Centro de Semiliberdade Regional de Juazeiro do Norte, com uma amostra de 5(cinco) adolescentes, ambos do sexo masculino com idade entre 14(quatorze) a 18(dezoito) anos, o estudo buscou ampliar os conhecimentos citados acima e ainda a contribuição dos mesmos para a Psicologia Jurídica, e ainda, para a Psicologia Social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é primordial para que os saberes sejam compreendidos, devendo-se considerar as experiências e vivências das pessoas que atuam socialmente, assim como o que foi aprendido e ressignificado por esses sujeitos ao longo de sua

existência. No entanto, as constituições dessas representações necessitam da interrelação desses sujeitos com o outro e com o mundo em que vivem. Ao se estudar a TRS pode-se conhecer o porquê e como os sujeitos, grupos e comunidades, pensam e agem e quais são as consequências disso diante desse espaço relacional (ARAÚJO; CALSA, 2013).

Para Moscovici (2009), o que se torna realmente importante é como essa mudança surge, e como essas representações são capazes de influenciar a vida desse indivíduo que convive em sociedade. É dessa forma então, que as mesmas são criadas, tanto internamente, como mentalmente, ocasionando assim, um processo coletivo de interação, onde a coletividade passa a penetrar no pensamento individual. Essas representações aparecem, no entanto, para essas pessoas como objetos materiais, pois elas nada mais são frutos de sua interação na forma de ações e comunicações.

De acordo com Alves-Mazzotti (1994), as Representações Sociais são especificadas através de sistemas de significados sociais que são enraizados e partilhados entre as pessoas que conseguem compreender e justificar tal significação. Esses sistemas, no entanto, são enraizados e partilhados, como também constituídos por sujeitos/indivíduos atuantes sociais. E para que se investiguem tal representação social e seus sistemas de significação, é necessário que exista uma compreensão de como os mesmos, principalmente o que essa significação simboliza para eles.

A TRS busca trabalhar com conceitos em que o pensamento social e sua diversidade estejam presentes de formas dinâmicas, existindo formas diferentes de conhecimento e comunicação, que são encaminhados por perspectivas ambíguas.

Tal ideia corrobora com a ideia expressa de Arruda (2002), no qual destaca dois tipos de formas de se conhecer que são os universos: o universo consensual que é constituído no cotidiano da pessoa, de forma informal e o reificado que é outra forma de se conhecer voltado mais para o espaço científico. Todavia, tanto a comunicação definida nos universos consensuais como também nos reificados são primordiais e eficientes para a vida e as duas formas lidam de certa forma unidas, mas as Representações Sociais aparecem com maior frequência nos universos consensuais.

Segundo Jovchelovitch (2008), as RS manifestam um mundo subjetivo, intersubjetivo e objetivo, em suas dimensões, tanto cognitiva – relacionada ao objeto/ conhecimentos, como também, em sua dimensão afetiva e social – relações com o eu e com outro. Diante disso, as representações estabelecem-se em uma organização psicológica, interrelacional e epistêmica,

além disso, podendo a vir expressar sentimentos contraditórios e ambivalentes, no que diz respeito o que é percebido desse outro.

Para Jodelet (2002), as RS atuam como uma forma de pensamento social que é elaborado e compartilhado, tendo assim um propósito que é a contribuição para uma realidade comum naquela sociedade. A autora traz ainda que esse ambiente em que essas representações estão acontecendo é todo estruturado por significados, saberes e informações sobre os indivíduos que convive nele, e ainda, para que as mesmas sejam estudadas deve-se articular elementos efetivos, mentais e sociais, fazendo integração ainda com a cognição, a linguagem, comunicação, como também as relações sociais que interferem nas representações e na realidade.

Para Moscovici (1961) existem diversos estudos que retratam as representações sociais enquanto formas de conhecimentos, destacam-se algumas funções: a função social – orientação das condutas e das comunicações; a função afetiva – proteção e legitimação de identidades sociais e a função cognitiva que irá se familiarizar com as novidades.

Ainda em concordância com o autor supracitado, a função cognitiva é aquela que irá oferecer uma maior familiarização com o novo, na qual transforma o estranho potencialmente ameaçador em algo familiar, permitindo que se evidenciem os dois principais processos que caracterizam as representações sociais que são: ancoragem e objetivação. A ancoragem refere-se ao processo de inserção orgânica que é desconhecido, estranho ao pensamento que já está construído, ou seja, ancora-se o que é desconhecido em representações que já existem. Moscovici (1978), concebe a ancoragem como sendo o processo de reconhecimento da novidade, sob influência dos valores grupais, transformando assim a mesma em um saber capaz de influenciar. Tendo em vista isso, a ancoragem é composta de uma realidade social já vivida, não sendo concebida, no entanto, como um processo cognitivo intraindividual. Já o segundo processo dar-se nome de objetivação, onde irá se cristalizar as representações. No processo de Objetivação ocorre essencialmente uma formação de imagens, onde coisas abstratas são transformadas em algo concreto, quase tangível, tornando assim, tão real que o seu conteúdo interno dar lugar a sua realidade externa (MOSCOVICI, 1988). Esse processo de Objetivação perpassa por três etapas: inicialmente irá se descontextualizar as informações dos critérios normativos e culturais expostos, segundo momento, irá se formar um núcleo figurativo para que se possa reproduzir de forma conceitual e, por fim, a naturalização dessas imagens em elementos da realidade vivida.

É a partir dos processos que compreendem as RS que se irão se dar origem as discussões

sobre a instituição familiar. A família atua como mediadora em primeiro lugar entre o homem e a cultura, construindo-se de um sistema dinâmico compreendido pelas relações afetivas, sociais e cognitivas, dessas pessoas que vivem interligadas em um grupo social. Ela é a base do desenvolvimento da aprendizagem humana, trazendo significados e suas próprias práticas culturais, gerando assim modelos de relações entre pessoas e ainda, construindo relações individuais e coletivas. Os eventos que acontecem no seio familiar proporcionam a essa família a descoberta de novas formas de comportamento e ainda de novas ações e novas maneiras de resolução de conflitos que podem vir a surgir. Essa interação entre os membros integram uma vivência de forma coletiva e individual proporcionando a esse sujeito uma maior estruturação de sua subjetividade e sua interação com as pessoas e o meio em que vive. E é através dessas interações familiares que o sujeito será capacitado a promover uma maior transformação na forma em que vive e na sociedade que habita, promovendo assim mudanças (DESSEN; DA COSTA POLONIA, 2007).

2.2 A INSTITUIÇÃO FAMILIAR

A família é um sistema natural constituída por indivíduos, unidos através de laços sanguíneos ou afinidade. Os laços sanguíneos são resultados de suas descendências, já a afinidade se resulta a partir da entrada de novos membros, como cônjuges e seus parentes que vão se agregando ao sistema familiar através do casamento. Ao longo dos anos a sociedade sentiu necessidade de criar leis que organizasse e protegesse esse sistema familiar, criou-se então o Direito da Família, na qual irá regularizar as relações familiares e ainda, veio com o intuito de tentar solucionar alguns conflitos que podem vir a surgir ao longo do tempo (PEREIRA, 2004).

Os estudos sobre o modelo que fazia referência a família brasileira tem sua origem na família Romana, onde sua estrutura sofreu influência do modelo Grego. Foi na Antiga Roma que as normas que sistematizavam a família em uma sociedade patriarcal surgiram. A família Romana tinha organização predominantemente, centrada no poder e na posição que o pai ou chefe da comunidade ocupava, o poder era exercido pelo pai e este agia como uma pessoa que chefiava o resto da família, onde necessitariam viver em sobre seu comando (MACHADO, 2000). Para Arnoldo Wald (2004), a família era uma entidade econômica, religiosa, política e jurisdicional.

Na família Romana a mulher não tinha o direito de possuir bens, não exercia a capacidade

jurídica, cabendo a ela somente os afazeres domésticos e sendo dependente exclusivamente ao marido. Conforme salienta Engels (2009), o homem era o único que possuía mais liberdade do que qualquer membro de sua família, assim as atitudes tomadas pela mulher eram vistas como crimes e, conseqüentemente, as mesmas eram penalizadas por isso, de forma severa. Já para o homem, era visto como algo honroso, algo que o deixava satisfeito, como era visto o adultério. Tendo em vista isso, observa-se então que a família Romana estava longe de ser um sistema democrático baseada em princípios éticos, tal se apresenta a Família Moderna, a mesma apresenta características baseadas em um sistema totalmente autoritário (PEREIRA, 1998).

Para os Romanos fazia-se necessário ter filhos para que pudessem se cultuar os cultos religiosos, tendo em vista ainda que esses filhos fossem advindos do casamento, caso contrário não se aceitava. Coulanges (1998), diz que se os filhos não fossem gerados pela mulher (esposa) os mesmos não podiam participar dos cultos e nem das refeições fúnebres. No entanto, com a falta de filhos no casamento surgiam algumas conseqüências e muitas vezes cruéis, as mulheres eram consideradas estéreis, já que nesse tempo não se havia comprovações de infertilidade masculina, e isso fazia com que ou se anulasse o casamento ou que as mesmas fossem expulsas da sociedade.

Já no Império Canônico, Pereira (2003), diz que o casamento sofreu algumas alterações, pois com o surgimento do cristianismo, o mesmo elevou o casamento ao sacramento, fazendo com que o casamento não pudesse ser desfeito pelas partes envolvidas, somente a morte poderia separar a união entre um homem e uma mulher.

Segundo Russo (2005), o surgimento desse novo conceito se deu a partir da decadência do Império Romano. Para o mesmo essa nova família tem sua base formada no casamento, concebida assim de livre e espontânea vontade entre as duas partes, inclusive a mulher que passa a ser responsável pelas atividades domésticas e educação de seus filhos.

Com o fortalecimento da espiritualidade das pessoas nesse tempo, a Igreja passou a interferir nas decisões frente a questões familiares. De acordo com Pereira (1998), a partir desse momento a Igreja passou a tentar combater tudo o que pudesse desagregar a entidade familiar, como o aborto, o adultério e até mesmo o concubinato, que era muito comum naquela época. No entanto, as mulheres deixaram de ser pessoas raras, como outrora, mas, por outro lado, houve um grande avanço quanto ao casamento, fazendo com que o adultério fosse abominado pela sociedade, a não ser que fosse praticado de forma discreta, em que os homens mantivessem suas

concubinas escondidas de sua família e sociedade.

Na Grécia Antiga havia a prevalência de um machismo muito evidente, onde o catolicismo fortalecia a autoridade do homem em sua família, tornando-o o chefe absoluto de todo o seio familiar. Partindo dessa premissa Pereira (2003), acrescenta que a autoridade ou a influência da mulher em sua casa era quase inexistente, não se permitindo nem que a mesma estivesse fora de casa, destinando-a sempre a um ser inerte e ignorante, um ser que possuía vontade, porém taxada como impotente. Consequentemente, na organização de sua família, toda a chefia era exclusivamente do marido, o mesmo ainda chefiava a religião doméstica e ainda gozava do direito de vender ou matar o próprio filho.

Contudo, com o passar dos anos a família passa a ser baseada em novas perspectivas, trazendo assim diferentes formas para ser compreendida, a família que tinha sua formação ligada unicamente ao sacramento e ao casamento, passa a ser ligada pelo afeto entre as pessoas. Hironaka (1999), enfatiza que a ideia de família e o que mais se importa, é que cada membro e a todos que estão interligados, tenham a sensação de que pertençam a um lugar, e ainda que estejam intrinsicamente ligados aos sentimentos, esperança, como também, valores nessa família, fazendo com que cada um sinta-se no caminho de sua realização pessoal e que a mesma o traga felicidade.

Na pós-modernidade, a família é marcada pelo grau de afeto entre seus membros e a incessante busca pela felicidade. De acordo com Welter (2003), depois desse momento histórico a família passa a se abrir para novas perspectivas, configurando-se em um mundo cruel um local que abrigue, talvez um pouco de calor humano, um lar, onde entre seus membros haja a prática de solidariedade, fraternidade e além de tudo laço afetivo e de amor.

Para Carossi (2001), a família iniciou sua passagem para sociedade contemporânea quando a mulher conquista seu espaço no mercado de trabalho que foi, por volta de 1850, e ainda, passando a conquistar um pouco mais sua igualdade entre os cônjuges, tendo em vista que, isso ainda esteja em processo de construção. Como também, a partir da descoberta da pílula anticoncepcional, que foi em meados de 1967, na qual a família deixa de ser um sistema econômico e o matrimônio passa a ser alicerçado tão somente no amor.

Corroborando com a autora acima, Brauner (2001), diz que os métodos contraceptivos trazem possibilidades de pensar e organizar o nascimento de novos filhos e a mulher podendo exercer sua autonomia, deixando assim, de ser um dos principais motivos para uma união entre o

homem e uma mulher. A mesma ainda relata que os esposos, os cônjuges ou companheiros devem-se uns aos outros antes de tudo, reciprocidade, dedicação e afeto, como também assistência mútua. Ver-se então, a busca de uma felicidade de ambas as partes, significando ainda, os pilares e a base de uma construção para uma família.

O afeto então passou a ser o elemento primordial para união entre pessoas, fazendo com que as tornem cúmplices da felicidade e do amor, formando assim, diversos tipos de famílias, tuteladas ou não pelo Direito da família. Atualmente existem vários tipos de família, com filhos, sem filhos, homossexuais, produto de reprodução artificial, entre outras. Tendo em vista isso, a família contemporânea é caracterizada pela diversidade, justificada ainda pela intensa procura pela felicidade. Deste modo, a filiação possui suas bases no afeto e na convivência familiar, onde se abre espaço para novas possibilidades de filiação que não se resume tão somente a laços sanguíneos, mas a possibilidade do amor e da convivência (ALDROVANDI; SIMIONI, 2006).

2.3 FAMÍLIA E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Entende-se por adolescência o período de transição entre a infância e a fase adulta, onde é caracterizada pelos primeiros impulsos na maturação corporal, mental, emocional, sexual e social, como também, pelas lutas que o indivíduo enfrenta para lidar com as expectativas da sociedade e as perdas que vieram a acontecer. Essa fase da adolescência é caracterizada pelo início das mudanças corporais da puberdade e sendo finalizada quando o sujeito tem desenvolvido seu crescimento e sua personalidade, tendo por seguinte adquirido sua independência econômica e sua inserção em grupos sociais (EISENTEIN, 2005).

Ainda em concordância com a autora supracitada, sobre faixa etária desses adolescentes a mesma diz que possui uma mescla de pensamentos e definições sobre a mesma, para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a faixa etária é de 10 a 19 anos de idade e já para a Organização das Nações Unidas (ONU) é definida entre 15 a 24 anos critérios usados normalmente para objetivos estatísticos e políticos. E para o ECA, a faixa etária de criança e adolescentes, se dá da seguinte forma: criança com idade até 12 (doze) anos e adolescentes aqueles que possuem até 18 (dezoito) anos de idade, mas em casos excepcionais e quando estão disposto a lei, o estatuto é aplicável até os 21(vinte e um) anos de idade (SINASE, 2006).

Para Silva (2013), a adolescência se situa em meio a muitas rupturas criadas pela sociedade, como também pela globalização, a valorização cada vez mais acelerante pelo dinheiro,

e do que esse dinheiro pode proporcionar as pessoas, a banalização das relações interpessoais, a criminalização da classe menos favorável e a busca de realizações voltadas cada vez mais para bens materiais e conquistas de poder.

Para Carreteiro (2010), para que o adolescente torne-se adulto este necessita fazer diversas experimentações, como forma de apropriação de si e de seu próprio corpo. As experiências nesta fase de transição podem ter caráter experimental ou definitivo. A fase da experimentação permite que o mesmo adentre e depois saia de situações, enquanto as definitivas não os oferecem essas escolhas de ir e vir. O caráter passageiro ou permanente das experiências desenvolve uma relação bastante estreita com o suporte social desse adolescente, de certa forma que quando esses jovens vulneráveis socialmente, se encontram envoltos a situações de risco tendem a tornar definitiva sua experimentação passageira. Tendo em vista que, adolescentes que se encontram sem suporte social podem recorrer à marginalidade em busca de uma integração com a sociedade.

Dar-se continuidade neste contexto de discussão sobre os fatos sociais e percebe-se que a adolescência é vista como um problema e, ainda, como uma fonte de cuidados e indagações sociais. Por um lado, intrinsecamente voltado para o adolescente como um objeto de atenção especial, onde se desenvolvem culturas de lazer e ocupação para todo o seu tempo livre. De certo modo, o adolescente vai ganhando sua autonomia, passando a ser conhecido como dono de seu próprio querer, onde o mesmo que faz suas escolhas e acaba que se tornando um ser. Em contra ponto a isso, essa mesma autonomia é percebida como fonte de riscos, nos quais, o que mais se teme, o envolvimento e a inserção no mundo do crime e das violências (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999).

Ao se trabalhar o conceito de adolescência é importante que se trabalhe o contexto social a qual esse adolescente está inserido, como também o impacto que esse contexto desenvolve na vida desses jovens. Nota-se a importância da participação da família para que os mesmos se desenvolvam assegurados de seus direitos e tendo em vista ainda, que a família cumpra seu dever como responsáveis por esses indivíduos (COSTA GOMES; GANDOLFO CONCEIÇÃO, 2014).

A família desempenha um papel indispensável para que o adolescente em conflito com a lei cumpra a medida a que lhes foi exposta. De acordo com o ECA as medidas não se voltam somente ao adolescente, mas como também, a família e ao Estado, que deverão estar ativos nesse sentido (BRASIL, 1990).

Ao longo dos anos, o grupo familiar vem apresentando mudanças quanto a sua

composição e suas inversões de papéis, mas deve-se ressaltar que a estrutura permanece sólida, influente, só que apresentando mais flexibilidade. E é nesse ambiente familiar que os jovens continuam buscando se espelharem em seus pais como modelo para a construção de sua própria identidade (DESSEN, 2010).

O estudo de Carvalho e Gomide (2005), afirma que a família de adolescentes em conflito com a lei desenvolve uma forte influência quando se trata de apoiar os comportamentos infracionais, como também remetem a importância na extinção desses mesmos comportamentos. Para as mesmas, os ensinamentos familiares são elementos que proporcionam a esses jovens que seus comportamentos sejam analisados e reavaliados.

Necessita-se que pensem antes de tudo, que antes desses adolescentes cometerem atos infracionais, muitos deles foram vítimas de situações nada favoráveis ao seu desenvolvimento, como também o meio em que vivem, que por muitas vezes apresentam vulnerabilidade social. Estudos atuais mostram que boa parte desses jovens que cometem atos infracionais foram vítimas de maus-tratos, violência, uso de substâncias psicoativas, baixo desempenho escolar que causou repetência, desemprego e morte dos seus responsáveis, o que pode vir a se constituir como fator de risco para o desenvolvimento desses jovens (DELL'AGLIO et al., 2005).

2.3.1 Medidas socioeducativas

A Constituição Federal de 1988 e do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, vem afirmar os direitos sociais dessas crianças e adolescentes de forma legal, garantem ainda, o acesso às políticas públicas por parte deles. No entanto, na realidade brasileira socialmente as crianças e os adolescentes ainda são tratados como pessoas sem direitos, especialmente quando se trata da classe social em que estejam inseridos, desrespeitam-se assim, um sistema de princípios e normas, que possuem o objetivo de garantir a essas crianças e adolescentes esses direitos quantos cidadãos (BRASIL, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi proclamado no dia 13 de Julho de 1990 de acordo com a lei nº 8069, revelando assim um divisor de águas, porque antes, quando se tratava de crianças e adolescentes o que se usava era o Código de Menores, o qual teve sua datação no início do século XX. Rompe ainda, com um passado de exclusão social, onde passa a se permitir que crianças e adolescentes tenham o mesmo direito de proteção integral, que sejam valorizados como cidadãos e que foquem nesses sujeitos como indivíduos em desenvolvimento.

Com a chegada do ECA, novas palavras passaram a fazer referência quando se tratar de crianças e adolescentes e quanto a sua situação em atos infracionais: sujeitos em conflito com a lei, ato infracional, medidas socioeducativas, o órgão responsável por essas nomenclaturas e essa mudança nas palavras é o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 1990).

É necessário que antes de tudo façam-se alguns esclarecimentos sobre questões de adolescentes em conflito com a lei, necessita-se que saibam antes de tudo que medida não é pena. A medida socioeducativa é uma ação pedagógica que visa tanto à reparação do dano causado, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, a internação em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimentos educacionais, tudo isso de acordo com o artigo 112 da ECA (BRASIL, 1990). Mesmo que o adolescente esteja em cumprimento de medida socioeducativa, terá como garantias fundamentais a participação em atividades culturais, de lazer e esportivas, assistência à saúde, profissionalização, educação, respeito à religião, culturas e gêneros. O adolescente deve ser o foco de um conjunto de ações socioeducativas que venham a contribuir no seu desenvolvimento, onde o mesmo possa vir a se tornar um cidadão autônomo e solidário, desenvolvendo ainda, sua autenticidade, sua autonomia, seu senso decisório e avaliativo, quanto a tomadas de decisões, potencializar ainda, sua competência pessoal, relacional, cognitiva e profissional (CONANDA, 2006).

Corroborando com o parágrafo acima, as medidas socioeducativas necessitam estarem fundadas em princípios como fornecimento de educação, cursos profissionalizantes, garantia de atendimento voltado para singularidade do adolescente. Já as internações deverão ser pautadas nas orientações do ECA e SINASE. É importante ressaltar que ainda na prescrição das medidas deve se considerar a capacidade que o adolescente possui diante de cumprimento de tal medida, as medidas deverão ser sempre de caráter educativo e não punitivo, os profissionais que ali atuarão na educação desses jovens precisarão desenvolver para/junto com os adolescentes momentos reflexivos sobre o ato que o mesmo cometeu, fazendo com que ele entenda a gravidade dos fatos e suas consequências ao cometê-lo (BRASIL, 1990).

3 METODOLOGIA

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa se deu no Centro de Semiliberdade Regional de Juazeiro do Norte, localizado na cidade de Juazeiro do Norte, que atendem adolescentes de ambos os sexos, em regime de semiliberdade, no qual foram autores de atos infracionais, onde possam cumprir medidas socioeducativas, neste caso a de Semiliberdade e ainda uma profissionalização para sua reinserção social. O mesmo atende adolescentes de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos de idade, mas em casos de encaminhamentos por ordem judicial das Comarcas Regionais, essa faixa etária se estende até os 21(vinte e um) anos de idade. Além de atender adolescentes de Cidade de Juazeiro do Norte, o local atende adolescentes das cidades vizinhas: Barbalha, Caririaçu, Granjeiro, Farias Brito, Acopiara, Iguatu e Jardim. O local atende atualmente cerca de 12(doze) adolescentes, do sexo masculino, contam com local a participação de uma equipe técnica de vários profissionais: Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo e Enfermeira.

3.2 SUJEITOS

A amostra foi composta por cinco adolescentes em medidas socioeducativas que estão sendo atendidos pelo Centro de Semiliberdade Regional de Juazeiro do Norte. Os participantes do estudo são todos do sexo masculino com idade entre 14(quatorze) e 18(dezoito) anos. No que diz respeito á escolaridade desses adolescentes, 4(quatro) não concluíram o Ensino Fundamental e 1(um) se encontra concluindo o primeiro ano do Ensino Médio. Os adolescentes originam-se de cidades da região do Cariri e cidades circunvizinhas de Juazeiro do Norte, dois dos adolescentes são residentes de Crato, dois de Iguatu e um de Aurora. Quanto ao seu estado civil 4(quatro) dos participantes são solteiros e apenas 1(um) vive em união estável. Apenas 1(um) participante relata ter 1(um) filho. No tocante a sua religião 1(um) participante disse que não sabe a qual religião pertence, outro participante disse que frequenta tudo, outro relata que não possui religião, 1(um) participante se considera católico, e o outro evangélico não praticante. Quanto ao tempo de permanência no Centro de Semiliberdade os adolescentes se dá entre um tempo mínimo de três meses e o tempo máximo de um ano e três meses.

3.3 PROCEDIMENTOS

3.3.1 Coleta de dados

A pesquisadora deslocou-se para o Centro de Semiliberdade Regional de Juazeiro do

Norte, na intenção de explicar o procedimento e convidá-los para participarem da referente pesquisa. No entanto, foram repassados para os mesmos todos os trâmites da pesquisa. Quando aceitaram participar, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento e o Termo de Assentimento para que pudessem assinar, foi entregue uma cópia de cada termo para cada participante.

Para que chegasse aos fins da pesquisa, a pesquisadora utilizou para a coleta de dados a entrevista semiestruturada. De acordo com Gil (2002), a entrevista parcialmente estruturada está caracterizada como um procedimento que possibilita ao entrevistador investigar a partir de pontos de interesses adjunto com o entrevistado, a sua direção.

As entrevistas foram estruturadas em duas partes: a primeira buscou coletar dados sociodemográficos como idade, sexo, escolaridade, estado civil, religião, cidade e tempo de permanência no Centro de Semiliberdade, e na segunda parte foi composta por questões relacionadas ao contexto trabalhado, que foram: (01). Quais as 05 (cinco) palavras que vem a sua mente quando você pensa na medida socioeducativa? (02). É sua primeira vez aqui no Centro de Semiliberdade de Juazeiro do Norte? Quantas? Qual o(s) motivo(s)? (03). As atividades desenvolvidas? O que mais sente falta? (04). O que já conseguiu refletir sobre o cumprimento da medida? (05). Em sua opinião o que você acha que teve mais influência na sua vida para começar a cometer infrações? (06). Quais as 05 (cinco) palavras que vem a sua mente quando você pensa na palavra família? (07). Como é seu relacionamento familiar? (08). Qual a representação que a família tem para você? (09). Como você se imagina após sua experiência aqui no Centro.

3.3.2 Análise dos dados

As entrevistas foram transcritas pela pesquisadora, tendo em vista que os dados coletados sirvam como fonte de resposta para os questionamentos expressos no trabalho. Os dados foram analisados através da proposta de análise de conteúdo desenvolvida por Demartini (1988), de acordo com a autora essa é uma fase que se precisa trabalhar de uma forma cuidadosa, para a mesma é necessário que se faça uma revisão das entrevistas logo após a sua coleta, utilizando-se ainda das lembranças recentes de cada relato, como também das anotações e ainda, verificando se é necessário um aprofundamento em algum aspecto que seja significativo para a pesquisa. A autora ainda aborda o fato de que é necessário que

as entrevistas sejam transcritas na sua íntegra, para posteriormente se trabalhar com o material coletado.

Corroborando com a autora acima Mageste e Lopes (2007), trazem que a maior dificuldade, nessa etapa de transcrição, é tornar o discurso escrito o mais idêntico possível com o que foi falado, já que qualquer erro pode vir a mudar o sentido do que foi falado pelo entrevistado. Além disso, algumas coisas podem ser percebidas durante a entrevista, a entonação da fala, o clima da entrevista, o modo de como a pessoa se expressa, que são quase impossíveis de se transcrever para o papel.

Demartini (1988), recomenda que ao se trabalhar com histórias de vida, se deve realizar várias leituras de forma cuidadosa do material que foi gravado e foi transcrito, tendo em vista que isso faça com que os caminhos da pesquisa sejam guiados de forma positiva e assim, se atinjam os objetivos da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos com a aplicação da pesquisa, onde as entrevistas foram divididas em cinco categorias que se tornaram comuns nas falas dos adolescentes. As categorias são: a infração, inserção no mundo infracional e principais influenciadores, o cumprimento da medida socioeducativa, medidas socioeducativas e família e o mundo lá fora: presente e futuro. Tendo em vista esses resultados agora se dará a discussão dos mesmos.

4.1 CATEGORIA 01: A INFRAÇÃO

Antes de iniciar as sequências discursivas, viu-se a necessidade de compreender o que se pode entender por infração. Segundo Guattari e Rolnik (1993,) a infração é compreendida como uma forma de se afirmar socialmente e de ser reconhecido pela sociedade em que se vive, na qual é voltada quase sempre para um viés capitalista e a conquista de algo. Sendo assim, um sujeito ativo em seu desenvolvimento e no desenvolvimento cultural e social, e ainda passando a negociar significados de sua esfera pessoal para esse desenvolvimento sociocultural. Partindo desse pressuposto nota-se que os adolescentes relatam nas sequências discursivas a seguir a todo momento estarem em busca de uma realização, satisfação e aquisição de algo, mesmo que seja

advindo de uma forma ilegal, e essa aquisição pode ser voltada para eles e ainda para outras pessoas.

Constata-se nas sequências discursivas a seguir que o que mais se fez presente foram os assaltos a mão armada, como sendo a infração comum entre os adolescentes entrevistados, além de porte ilegal de armas, tráfico de drogas, formação de quadrilha, receptação e tentativa de homicídio.

Tráfico de drogas, formação de quadrilha, receptação e porte de armas, mas o juiz juntou tudo num só (E01 – 18a)*

Fui preso por assalto a mão armada (E03 – 18a).

Fui preso por 157 e tentativa de homicídio (E04 – 14a).

Um aspecto observado durante as entrevistas foi à facilidade com que esses jovens tem de adquirir uma arma de fogo, como também a incessante busca pela aquisição de bens, mesmo que sejam advindos de uma forma ilegal. Segundo Minayo (2004), essa disponibilidade de se conseguir uma arma de fogo, aliada ainda, ao seu uso indiscriminado, permite que se perceba o quadro extremamente grave e preocupante que se observa ultimamente.

Na sequência discursiva E01 relata como infração o tráfico de drogas, e ainda sendo este um dos motivos para estar em cumprimento socioeducativa. Segundo Dowdney e Rizzini (2005), o que se pode observar é que o comércio de drogas é visto pelo adolescente como uma forma de melhoria de vida, e uma forma de ocupação já que muitos não possuem um trabalho fixo. No entanto, a atividade no tráfico de drogas se torna uma via possível onde se pode realizar o desejo de consumo para esse indivíduo, já que fora isso, o mesmo não poderia custear esse consumo.

Na sequência discursiva a seguir o adolescente, percebe que a droga é capaz de lhe oferecer poder e coragem para que desafie, conquiste e infrinja as leis, tudo e qualquer coisa. Os adolescentes temem, mas, ao mesmo tempo veneram o universo do crime, e se inserir nele é só uma forma de se tornarem rebeldes contra as leis e normas existentes no sistema (PEREIRA; SUDBRACK, 2008).

Fiquei muito doidão, o cara fica corajoso tia, querendo fazer tudo, nem fome tem, aí eu fui fazer e tô aqui agora (E04 – 14a).

* Tendo em vista o sigilo da identidade dos participantes da entrevista foi atribuída para cada um, uma sigla a letra E que se refere a cada entrevista gravada e em seguida, o número de acordo com a ordem de cada entrevista e ainda, a idade do participante.

O envolvimento desses jovens com o uso de drogas, por diversas vezes, se apresenta como um fator motivador de seu exercício infracional, tanto para custear sua própria dependência, e também para contribuir com a renda da família, trabalhando assim no tráfico de drogas. O uso de drogas na adolescência, na maioria das vezes, em alguns casos, se inicia com drogas consideradas lícitas como o cigarro e álcool, e ainda por solventes inalantes, que apesar de ser proibida sua comercialização, a aquisição é conseguida facilmente pelos usuários (SANCHEZ; NAPPO, 2002).

Segundo Zaluar (1996), o uso de drogas, a falta de oportunidade para se trabalhar no mercado formal, a sedução pelo poder que uma posse de arma de fogo proporciona ao sujeito, a sensação de pertencimento a um determinado grupo e a proteção que uma quadrilha bem estruturada e armada, são elementos essenciais para que se compreenda a inserção do jovem no mundo infracional.

4.2 CATEGORIA 02: INSERÇÃO NO MUNDO INFRACIONAL E PRINCIPAIS INFLUENCIADORES

Quando se propõe a estudar adolescentes em conflito com a lei, busca-se quais motivos os levou a se inserir no mundo infracional e ainda a forma de como essa entrada é facilitada, encontra-se, no entanto, uma dificuldade, visto que haja inúmeros motivos para que esse jovem adentre a esse mundo.

Na sequência discursiva a seguir no que diz respeito à prática criminal, existe uma grande influência dos colegas que, por sua vez, é reforçada quando o autor da infração obtém prestígio do grupo a qual está inserido, e ainda, perda de familiares, uso de drogas, aquisição de dinheiro, separação dos pais e algumas dificuldades passadas pelos sujeitos.

Pra começar eu perdi meu tio para a bandidagem e eu quis me envolver para se vingar, precisão, sufoco, dificuldades, o caba se revolta e se envolve (E01 – 18a).

O caba ganha dinheiro fácil demais (...) eu acho que era só porque eu gostava de ostentar mesmo, tanto dinheiro que entrava. Minhas amizades também influenciaram, quando os meus pais se separaram eu comecei a me envolver com coisa errada (E03 – 18a).

No dia eu tava muito doidão, tomei uns “rochas” eu só pensava em meter várias fitas, em roubar, roubar, meus amigos também ficavam chamando, ficava colocando isso em minha cabeça e eu tenho muita humilhação (E04 – 14a).

No estudo realizado por Pereira (2002), pode-se observar o surgimento de algumas

categorias que afirmam os motivos que levaram esses adolescentes a se inserirem no mundo infracional, dentre elas estão: condições financeiras, falta de acesso ao mundo trabalhista de forma formal, violências de todos os tipos, expulsões do lar, ter sofrido humilhações, influência de amigos, destino, ambiente desfavorável para seu desenvolvimento, ter sofrido influência de familiares.

Complementando a sequência discursiva em que E03 aborda o fato de sua inserção no mundo infracional ter sido motivada pelo dinheiro fácil, de acordo com Dos santos, Da silva e Severino (2013), relatam que o que atualmente mais se vê, são adolescentes se envolvendo em infrações, por a mesma oferecer um universo cheio de ostentação e ganho de dinheiro fácil, mas que muitos, não conseguem compreender e discernir que essas regalias são por diversas vezes passageiras, e ainda podendo a vir a contribuir com o fim de sua própria vida. A familiaridade com a violência e com as infrações discutidas pelo E03, aborda que são reguladas desde a sua infância, o que se mostra presente também em outros estudos (OLIVEIRA, 2002; PEREIRA, 2002).

É importante que se entenda o contexto de violência de uma forma globalizada, incluindo o capitalismo e a busca incessante pelo lucro advindo dessas infrações. Entender a inserção dos jovens no mundo infracional exige esforços que vão além de questões relativas à pobreza, pois essa explicação reitera a ideia falsa de que somente os pobres cometem crimes. As atividades ilegais proporcionam lucros incriveis as pessoas que estão envolvidas nesses serviços, tendo em vista isso, a inserção nesse mundo se torna cada vez mais frequente (ZALUAR, 1996).

O que se pode notar nos casos em que se tem a presença de adolescentes envolvidos em casos de violência, é a incessante busca pela satisfação de consumir, onde levam esses adolescentes cometerem os atos infracionais, tendo como finalidade o auferir dinheiro para suprir esses gastos e possuir esses bens. Outro fator importante que levam esses adolescentes cometerem o ato infracional é a falta de referência familiar, que quando não encontrada dentro do seio familiar, tendem a procurar fora, em seus grupos alguma referência, desencadeando então, uma triste realidade de violência nessa busca de se adequar muitas vezes nesses grupos (KAWAMOTO, 2010).

Visto que nas sequências discursivas supracitadas anteriormente, sugeriu que a maioria dos adolescentes sofreram influência dos amigos e ainda, ter sido influenciado pela separação do país, Shecaira (2008) diz que não importa a classe social a qual esse adolescente pertença, mas

sim o vínculo social que esse adolescente estabelece com o meio em que vive. Relata que quanto mais frágil for essa ligação com os genitores, amigos, escolas, vizinhos, menos esse sujeito acreditará nas normas convencionais da lei e maior será a probabilidade dele vir a cometer infração.

Quanto a influência das amizades, Balanguer (2005) diz que a sensação de pertencimento desse sujeito a um grupo ligado ao crime, contribui para que esse adolescente também possa desenvolver sua identidade, mesmo que de forma negativa, perante seus amigos, sua comunidade e sociedade de forma geral.

O uso de drogas como influência na prática do ato infracional também se fez presente no discurso de E04. E Justino (2005) relata que é no momento em que esse sujeito faz a experimentação dessa droga que o mesmo se sente mais forte, encorajado para o cometer crimes, e ainda apresenta a impressão de que o uso da mesma sirva para solucionar seus problemas, lhe dar prazer e eliminar suas angústias. Se tem a consciência de que a mesma é ilusória, porém os adolescentes que usam, acreditam que a droga sirva como algo que facilite sua inserção no mundo infracional e ainda que seja uma facilitadora na criação de novos laços sociais.

4.3 CATEGORIA 03: O CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Nas sequências discursivas a seguir os significados expostos pelos adolescentes quanto ao cumprimento de suas medidas socioeducativas, salientam o fato de se tratar aspectos negativos quanto a instituição, relatam que estão ficando doidos, que só pensam na liberdade, que possui o sentimento de raiva 24h por dia, no que diz respeito à instituição, e ainda, trata o local como inferno. Outro adolescente ainda aborda o fato da medida ter sido muito pesada, e outro ainda afirma que não gosta mais do local por ter muitas regras.

Tô ficando é doido, penso em minha liberta, penso em emprego, tô ficando é doido, penso em ir pra casa e não voltar mais, penso na família lá fora e em ajudar quando eu sair daqui, aqui eu tenho é raiva 24h. (...) é um alívio sair desse inferno (E01- 18a).

Rapaz sei não, mas tem hora que o caba pensa em cumprir, tem hora que não, tem hora que dá vontade de abrir o portão e sair, em não voltar mais. As vezes paro e fico pensando que a medida foi muito pesada. (...) Não gosto dos educadores daqui não, são tudo falso, só fala quando querem alguma coisa, ficam é apertando a mente do cara um dia (E04 – 14a).

Aqui é muito ruim, não gosto não, porque tem muita regra aqui omi, tem regras demais aqui, qualquer besteirinha é um relatório, é muito chato, mais é assim mesmo né?! (E05-

18 a).

Um aspecto que foi observado na fala do E04 apresentou ter uma relação tensa, conflituosa, entre ele e os educadores, como também os profissionais que são responsáveis pela segurança do local, sua locomoção e tudo que tange as normas da instituição, o mesmo se dá em outros estudos (DE ASSIS, 1999).

As avaliações negativas das medidas socioeducativas podem ser compreendidas a partir das intervenções realizadas pelas instituições, como também, pelas características que seus espaços físicos possuem, onde muitas vezes não acompanham a evolução das tecnologias e não oferecem o conforto as crianças e adolescentes que necessitam desse ambiente (VOLPI, 2001). Além disso, enquanto se pensar somente no aspecto coercitivo das medidas, o processo de socialização desse jovem tende a fracassar mais e mais.

A vivência no semiliberdade, vista como um inferno e causador de adoecimento para alguns jovens, tem contribuindo para que a maioria dos adolescentes almejem sair da instituição e ainda, modificar as atitudes que contribuíram para a ocorrência do ato infracional, bem como, para que os mesmos tenham mais proximidade de seus familiares.

Um dos assuntos mais abordados também nas sequências discursivas anteriormente citadas foram as regras impostas pela instituição que por muitas vezes são vistas como aspectos negativos para as crianças e os adolescentes. As regras e os critérios utilizados nas medidas socioeducativas foram criadas pelo SINASE, para que possibilitem a esses jovens o cumprimento de sua medida, e ainda que possibilite a esse jovem uma conscientização sobre o delito cometido.

Os adolescentes em conflito com a lei necessitam de um tratamento específico devido as circunstâncias o qual deu base a sua adolescência, para que entenda todos esses confrontos com algumas autoridades, faz-se necessário que se compreenda todas as tentativas de resolução de seus conflitos internos. A transgressão por parte dos adolescentes é facilitada por dificuldade dos mesmos se adequarem as normas impostas pela instituição e ainda, onde os mesmos não podem fazer questionamentos, apenas cumprir. Se comportar de acordo com o que é esperado de um adolescente, ao mesmo tempo, conseguir satisfazer o seu próprio desejo, é algo que precisa ser avaliado, considerando que o adolescente mesmo passa por um período de transição e de descobertas de sua própria identidade (BARBOSA, 2008).

Algumas pesquisas realizadas no Brasil abordam as condições inadequadas, no que tange a aplicação de medidas socioeducativas, onde as mesmas não estão levando uma condição

positiva e favorável para desenvolvimento desse jovem (BRASIL, 2002). Quando se refere as intervenções proposta pela instituição, Bazon (2002) e Brito (2003) trazem que o enfoque das medidas socioeducativas não se sobrepõem ao modelo assistencial e muito menos correccional-repressivo, mas que ambos coexistem, e torna mais difícil alcançar resultados positivos esperados pela aplicação da medida, tendo em vista ainda, que os atendimentos ainda se baseiam numa perspectiva punitiva e pelas concepções patologizantes criadas acerca da adolescência e do seu ato infracional.

As medidas socioeducativas devem possuir caráter pedagógico e mesmo que pertençam ao gênero de uma pena, são apenas sanções impostas aos jovens. A política do âmbito criminal separa-os da sanção penal comum, mas deixa-os submisso ao próprio estatuto (SILVA; HUTZ, 2002).

Portanto, é importante que o adolescente tenha conhecimento de seus direitos e deveres perante a instituição que ele está inserido. A proposta estabelecida para os adolescentes autores de atos infracionais é de que para eles as medidas que a si serão aplicadas devem ter caráter educativo e não punitivo, na qual não interfiram no processo de seu desenvolvimento, e ainda que contribua para sua reinserção na sociedade e ainda faça com que o mesmo compreenda sua realidade atual e se conscientize diante dela (CURY; SILVA; MENDEZ, 2001).

4.4 CATEGORIA 04: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E FAMILIA

Nas sequências discursivas a seguir que aborda como esses adolescentes compreendem sua família, eles descrevem um forte sentimento afetivo pela mesma e ainda, um arrependimento de não ter seguido os conselhos que a eles foram dados. Relatam que apesar deles terem cometido os atos infracionais a família foi a única que deu apoio e os ajudou durante o processo.

Amor, amizade, prosperidade, união, saúde, paz, é sossegada, tudo pra mim, é legal (E01- 18a).

Minha família dava era conselho pra mim, pra não entrar nessa vida, mas eu não escutava, fazia era pior, mas hoje estou arrependido de ter feito tudo isso. Eu mesmo por minha família eu sinto amor e todo dia mesmo quando eu estou aqui eu só penso nela, porque o que eu mais queria era tá livre dessa vida e uma hora dessas tá perto deles e não ter me envolvido nisso. (E02 – 15a).

É muito boa. Só minha mãe quando eu tô precisando das coisas ela chega junto, fica se maltratando pra me dar tudo, me aconselhou, me apoiou meus avós também estão sempre ajudando (E04 – 14a).

Tais indícios apontam para a importância que a família tem no processo de ressocialização desses jovens, fazendo com que se possa observar e explorar como se dão as representações dessas famílias no que diz respeito às suas potencialidades, desmistificando o fato de se analisar somente as vulnerabilidades e seus problemas, e passando a ter um olhar de forma mais positiva.

O comportamento dos responsáveis ou de outros familiares é crucial no processo de ressocialização desses adolescentes infratores, pois é no ambiente familiar que esses sujeitos encontrarão amor, vontade e força para conseguirem alcançar seus objetivos, e conseqüentemente as mudanças que necessitam em sua vida. Não importando assim, a classe social a qual esse adolescente esteja inserido, pois qualquer família possui o dever de educar, transmitir valores, servir de espelho para o desenvolvimento da autenticidade e personalidade desses sujeitos, apoiando-os e corrigindo seus erros sempre que necessário (SANTOS et al., 2007).

A autora ainda traz em sua fala que apesar de todos os recursos utilizados na ressocialização desses adolescentes, se não houver um acompanhamento que seja direcionado a sua família, analisando se as mesmas estão aptas para receber esses adolescentes no seio familiar novamente, se dará um ciclo vicioso. Considerando então que a base desse indivíduo se dá primeiro dentro dessa família, e se não houver isso, a possibilidade de reincidência no mundo infracional é alta.

Já no que no que diz respeito ao papel da família na vida desses adolescentes no cumprimento da medida, eles os descrevem ter um forte vínculo afetivo com sua mãe, mostrando ainda que a mesma exerce um papel fundamental na vida de muitos deles, e ainda aparece como provedora do lar, como também, a família aparece como sendo o apoio, porto seguro para eles no momento da institucionalização. Verifica-se ainda que a presença da família no processo de cumprimento das medidas socioeducativas é de extrema importância, na qual a mesma pode atuar dando suporte tanto de forma afetiva, como de forma emocional, fazendo com que esse jovem consiga superar de forma positiva e ainda tenha uma maior ressocialização.

Minha família é meu porto seguro, ela quem me dá apoio, quando eu mais precisei, minha família que estava ao meu lado, meus amigos, quando eu tava na pior só quem chegou junto foi minha mãe mesmo, minha mãe e meus avós (E03 – 18a)

Um bocado de coisa, humildade, respeito, me apoia quando preciso, ela quem tá lá, mesmo eu estando errado, tendo feito coisa errada, é a mãe do cara né, nunca abandona,

é tudo pra mim e sem ela eu não seria nada (E04 – 14a).

Eu penso assim tá errado, mas quando eu tava na civil passei foi 13 dias preso e eles foram lá me visitar, é muita tristeza sabe a família do caba ir lá visitar, dar conselho, eu fiz foi me arrepender de ter chamado, o caba preso é feio (E05- 18a).

Corroborando com o que foi coletado durante a pesquisa, Colle, Pereira e Casquinha (2001) relatam que existe um vínculo aditivo, no qual se estabelece na relação entre mãe-filho. As mães se apresentam muitas vezes sendo permissivas ao comportamento do filho que infringe a lei, podendo vir até a negar toda a situação ou tentar esconder isso, tentando guardar em segredo o problema, finge ao mesmo tempo que não ver o que está acontecendo, na intenção de que os riscos se minimizem e ainda que elas resolvam esse problema sozinha. Agindo assim, como uma mãe super protetora. E os filhos, no entanto, acabam não se responsabilizando por seus atos, contando sempre com o apoio delas, e deixando para que as mesmas resolvam seus problemas.

Contudo, se pôde observar a ausência paterna na vida desses jovens, quando se referem somente as mães em suas falas, notando assim que a autoridade maior dentro do ambiente familiar se torna sendo da mãe.

De acordo com East, Jackson e Brien (2006), o conceito de ausência paterna tem apresentado algumas dificuldades para se encontrar uma definição, sendo muitas vezes usado para se referenciar fenômenos diferentes. Já em Dantas, Jablonski e Ferés-Carneiro (2004), os mesmos relacionam a ausência paterna numa perspectiva voltada para a paternidade tradicional, ocorrendo assim quando, mesmo o pai disponibilizando auxílio emocional à mãe da criança, e ainda exercendo o seu lugar de dever como responsável pelo desenvolvimento da criança e ainda sua autoridade, o provedor não se envolve diretamente com os devidos cuidados que o filho necessita, mostra-se ausente, no entanto, de forma afetiva. Portanto, a ausência paterna seria advinda dessa distância entre o pai e o filho, numa perspectiva tanto afetiva, como emocional. Sabe-se que isso pode vir a surgir mesmo o pai estando presente na vida do filho.

Outro aspecto observado no decorrer das sequências discursivas foi a importância atribuída a família que os adolescentes dão, considerando um lugar que fornece todo o apoio, o suporte, o amor, acolhimento, mostrando ainda os sentimentos pertinentes a sua família e sua importância durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Nas sequências discursivas o relacionamento familiar é relatado como algo positivo pelos adolescentes. A família surge em um discurso como sendo o porto seguro da vida desse sujeito como também o seu espaço de apoio. Sabe-se que é na família que se dão os primeiros

ensinamentos, onde a mesma atua como um núcleo de aprendizagem para esses jovens, onde se perpassam conhecimentos, valores, crenças e ainda o compartilhamento de saberes. É no seio familiar que se dão as primeiras regras e valores, no que tange ao convívio familiar e social desse sujeito, faz com que os jovens se desenvolvam de uma forma positiva e que atuem adequadamente quando adultos (ROEHRIS; LENARDT; MAFTUM, 2008).

4.5 CATEGORIA 05: O MUNDO LÁ FORA: PRESENTE E FUTURO

Nesta categoria as sequências discursivas irão tratar sobre o que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas sentem falta do seu dia-a-dia fora do Semiliberdade e ainda quais são as perspectivas e os objetivos futuros que os mesmos almejam.

Curtição, sinto falta da família, pois estou aqui perto de um monte de marmanjo. Da alegria, o caba lá fora faz tudo e aqui dentro não (E01 – 18a)

Ah! Minha mãe, sair pros cantos né, era todo dia, todo dia, todo santo dia, chegava em casa era 5h da manhã, dormia, acordava pra ir trabalhar, quando chegava em casa, saía pra beber de novo, sinto falta da liberdade (E03 – 18a)

Sinto falta da mãe do cara, da minha mulher, a pessoa aqui presa, fica só tentando imaginar como é que tá lá fora, sinto falta de ir pra pracinha, eu ia era muito olhar o céu, sinto saudades de curtir, da pirangagem, mas o cara também tem muito inimigo, aí fica meio cabreiro nos cantos, assustado (E05 – 18a).

No que diz respeito às atividades desenvolvidas pelos adolescentes fora da instituição e que os mesmos sentem falta, a que mais se sobressaiu foi a de curtir, cita ainda sair com os amigos, sair para beber, ir para as festas e ainda a falta que tem de estar em casa, com sua mãe todos os dias. Um adolescente ainda aborda o fato de não se sentir seguro, que fora do Semiliberdade vive assustado.

O período de cumprimento da medida se torna um evento rompedor, onde pode vir a dificultar que esse sujeito construa novas trajetórias para sua vida no que tange a criminalidade e ainda, pode vir a reorganizar os caminhos que o mesmo precisa percorrer para apagar as marcas deixadas pela exclusão social, tendo em vista que o adolescente consiga ressignificar os seus atos e ainda se ressocializar (SILVA; ROSSETTI-FERREIRA, 2002).

Dando continuidade a categoria as sequências discursivas a seguir irão tratar sobre a indagação desses adolescentes que compartilharam o que desejam para seu futuro e quais são suas expectativas pós-medidas socioeducativas. Os relatos foram bem positivos onde muitos

dizem que querem conseguir um emprego, estudar, construir uma família, ajudar sua mãe e ainda expressam o desejo de não voltar a cometer delitos.

Ajudar minha mãe, arrumar um emprego e fazer um curso. (E01- 18a).

Depois que eu sair daqui, eu tenho fé em Deus que eu vou arrumar um trabalho pra mim e vou ser um cidadão de bem (E02- 15a).

Só penso em alugar meu barraco pra morar com minha mulher e minha mãezinha, penso em trabalhar também, respeitar, ser humilde, penso em ter um filho, alegria, felicidade, harmonia e só. Não cair mais aqui dentro, não roubar mais, não fazer mais coisas erradas, ficar sossegado, quero arranjar um emprego ajudar minha família e mudar de vida, isso aqui né vida pra ninguém não e eu sou novo ainda. (E04 - 14a)

Quero morar em outra cidade, outro estado, trabalhar, senão eu volto pra mesma vida (E05- 18a).

Nos discursos dos adolescentes se percebeu uma expectativa positiva para o futuro e o que aparece com mais precisão é o fato de todos desejarem conseguir um emprego, ajudar seus familiares, constituir uma família e ainda se tornar um cidadão de bem.

Segundo Pereira (2002), a inserção no mercado de trabalho é uma das principais maneiras de proporcionar mudanças na vida desses adolescentes infratores. Oliveira (2002), diz que trabalho adicionado aos cuidados familiares, aos vínculos afetivos, tende a funcionar como um elemento primordial na construção de uma nova forma de viver e desvincula ainda a prática desses jovens no cometimento dos atos infracionais.

Destaca-se ainda nos discursos desses adolescentes a vontade de se adquirir êxito profissional, escolhendo assim uma carreira a qual deseja seguir, de modo estabelecendo um afastamento das situações que o fazem cometerem infrações. É importante considerarmos que a busca pelo trabalho não é somente para custear suas subsistências e adquirir seus bens, mas também uma forma de construção de sua identidade (ARANZEDO; SOUZA, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi apresentado, pode-se associar a inserção dos jovens ao mundo infracional não tão somente pela falta de recursos apropriados para o seu desenvolvimento, mas também, observar a qual contexto esse adolescente está inserido, bem como, pela influência que as amizades desempenham na vida desses jovens, pelo o uso de substâncias ilícitas, pelo fácil acesso ao se adquirir uma arma de fogo e ainda, a aquisição de dinheiro fácil, mesmo que de

forma ilegal, e o que esse dinheiro pode proporcionar para esses indivíduos que vão usufruir dele.

Notou-se ainda que os adolescentes estão sempre à procura de satisfazer, possuir, adquirir algo, que muitas vezes levam eles a infringir a lei. Essa busca incessante por esse algo é vista como uma forma de afirmação social, onde o adolescente ele se sente no direito de estar sempre incluído, ativo em algum ato para que se sinta notado.

Identificou-se ainda, que o cumprimento das medidas pelos adolescentes não é visto como uma forma positiva para eles, muitos deles chegaram a relatar que estão ficando doidos dentro do Centro de Semiliberdade e ainda, demonstraram suas insatisfações quanto a existência de muitas regras. Nos resultados, ainda se observou que um dos adolescentes descreve ter uma relação conflituosa/ tensa com os socioeducadores. Tendo em vista isso, o cumprimento da medida socioeducativa passa a ser vista de forma aversiva para os mesmos, e ainda faz com que os adolescentes repensem se devem mesmo cumprir ou se aos finais de semana quando liberados para irem para casa, que não retornem mais.

Com esse estudo, constatou-se a importância que a presença da família no processo de ressocialização desses jovens, é primordial, e ainda, a sua presença no cumprimento de medidas socioeducativas, servindo assim de base e apoio para os adolescentes. Os mesmos ainda demonstram terem perspectivas futuras após o cumprimento da medida socioeducativas e os sonhos que desejam alcançar, que vão desde construir uma família, uma casa para morar com seus familiares a conseguir um emprego fixo e serem vistos como cidadãos. A presença da família durante todo o processo foi vista como um dos principais pontos positivos para a reinserção desses jovens na sociedade.

Esse estudo se torna importante, pois contribui com o enriquecimento de novos conceitos e novas perspectivas nas áreas de Psicologia Jurídica, como também, na de Psicologia Social, podendo assim fomentar no trabalho do psicólogo em ambas as áreas, ajudando-o e embasando-o teoricamente.

Vale ressaltar ainda, a importância do papel do psicólogo nesse processo de ressocialização, onde o mesmo irá promover estratégias juntamente com a família desses adolescentes, juntamente com o estado no qual o mesmo está inserido para que o mesmo retorne ao seu convívio social e ainda tenha acesso as políticas públicas vigentes. O mesmo atuará ainda processo de ressignificação desse ato infracional, bem como na conscientização do mesmo e ainda, juntamente com esse adolescente poderá buscar novas perspectivas para o

seu futuro, bem como um sentido para sua vida.

O estudo demonstra ainda, o interesse da pesquisadora, nessa área, visto que seja a futura área de atuação da mesma, bem como, o público alvo. Contudo, o estudo visou contribuir de forma positiva no contexto familiar de jovens que se inserem no mundo infracional, e que necessitam dos cuidados de sua família, bem como, mostrar como as famílias lidam com isso e ainda realçar importância do grupo familiar na reinserção desses jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S; BORDINI, E. BT; LIMA, R. S de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 62-74, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007>. Acesso em: 10 Setembro de 2018.
- ALDROVANDI, A; SIMIONI, R. L. O direito de família no contexto de organizações socioafetivas: dinâmica, instabilidade e polifamiliaridade. **Revista Brasileira de Direito de Família**, n. 34, p. 5-30, 2006. Disponível em: <<http://www.martiniadvogados.com.br/artigos/artigos/o-direito-de-familia-no-contexto-de-organizacoes-socioafetivas-dinamica-instabilidade-e-polifamiliaridade-revista-brasileira-de-direito-de-familia-porto-alegre-v-7-n34-p-5-30-2006>>. Acesso em: 12 de Setembro de 2018.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar., 1994. Disponível em: <<file:///C:/Users/Johnathan/Downloads/1169-1961-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 de Setembro de 2018.
- ARANZEDO, A. C; DE SOUZA, L. Adolescentes autores de homicídio: vivência da privação de liberdade e planos para o futuro. **Revista eletrônica de psicologia política**, v. 5, n. 15, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-35822007000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 02 Novembro de 2018.
- ARAÚJO, K. de T; CALSA, G. C. **A teoria das representações sociais (trs) e a psicologia social como fundamentos para as reflexões sobre a constituição de saberes, as significações de práticas sociais e a escola**. XI Congresso nacional de educação- EDUCERE, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAI2013/pdf/9964_5196.pdf>. Acesso em: 10 de Setembro de 2018.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.117, p.127-147, novembro, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100->

15742002000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 de Setembro de 2018.

BALAGUER, G. Violência e adolescência: Uma experiência com adolescentes internos da FEBEM / SP. **Imaginário**, v. 11, n. 11, p. 91-109, 2005. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-666X2005000200005&lng=es&nrm=is-&tlng=pt>. Acesso em: 12 de Setembro de 2018

BARBOSA, J. B. C. **Influência e Aplicabilidade das Normas de Direito Internacional na Realidade dos Jovens em Conflito com a Lei**. UniCEUB - Programa e Mestrado em Direito. Brasília, 2008, p.18. Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/990-influencia-e-aplicabilidade-das-normas-de-direito-internacional-na-realidade-dos-jovens-em-conflito-com-a-lei>>. Acesso em: 14 de Setembro de 2018.

BAZON, M. R. **Psicoeducação**: Teoria e prática para a intervenção junto a crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial. Holos, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. Caderno 5. **Por uma política nacional de saúde para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade**. Brasília: Grupo de Trabalho Saúde e Justiça, 2002. Disponível em:<<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em 10 de Outubro de 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2018.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília:CONANDA,2006. Disponível em:<ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/serpinf/2014/assets/22.pdf>. Acesso em: 20 de Agosto de 2018.

BRAUNER, M. C. C. O Direito de Família descobrindo novos caminhos. **In: O direito de Família descobrindo novos caminhos**. 2001.

BRITO, L. M. T de. Encruzilhadas do sistema socioeducativo. **Psicologia clínica**, v. 15, n. 1, p. 75-89, 2003. Disponível em:< <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=453900&indexSearch=ID>>. Acesso em: 22 de Setembro de 2018.

CAROSI, E. G. M. As relações familiares e o direito de família no século XXI. **Revista Faculdade de Direito, Caxias do Sul**. v. 12, p. 55, 2001. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/viewFile/22369/15072>>. Acesso em: 13 de Outubro de 2018.

CARRETEIRO, T. C. Adolescências e experimentações possíveis. **Temas da clínica do**

adolescente e da família, p. 15-23, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000110&pid=S1413-7372201400010000700002&lng=pt>. Acesso em: 17 de Outubro de 2018.

CARVALHO, M. C. N. GOMIDE, P. I. C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, 22(3), 263-275, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2005000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 de Setembro de 2018.

COLLE, F. X; PEREIRA, M. E. J.; CASQUINHA, A. P. **Toxicomanias, sistemas e famílias: onde as drogas encontram as emoções**. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000122&pid=S0102-3772200800020000400005&lng=es>. Acesso em: 02 de Setembro de 2018.

COSTA GOMES, C; GANDOLFO CONCEIÇÃO, M. I. Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. **Psicologia em estudo**, v. 19, n. 1, 2014.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722014000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 03 de Outubro de 2018.

COULANGES, N. D. F. de. **A cidade antiga**. Traduzido por Fernando de Aguiar. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CURY, M.; SILVA, A. F. A.; MENDEZ, E. G. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 3ª. ed. 2º tiragem. São Paulo: Editora Malheiros Editores, 2001.

DANTAS, C; JABLONSKI, B; FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia**, v. 14, n. 29, 2004. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2004000300010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 de Setembro de 2018.

DE ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1999. Disponível em: <

<https://static.scielo.org/scielobooks/xjx2y/pdf/assis-9788575412800.pdf>>. Acesso em 26 de Outubro de 2018.

DELL'AGLIO, D. D., BENETTI, S. P. C., DERETTI, L., D'INCÃO, D. B., & LEON, J. S. Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. **Paidéia**, 15(30), 119-129, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2005000100013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 22 de Setembro de 2018.

DELL'AGLIO, D. D; DOS SANTOS, S. S; BORGES, J. L. Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. **Interação em psicologia**, v. 8, n. 2, 2004. Disponível

em: <<file:///C:/Users/Johnathan/Downloads/3255-6389-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 de Setembro de 2018.

DEMARTINI, Z. B. F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: SIMSON, O. M. V. (Org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 44-105. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000174&pid=S1678-6971201100040000300014&lng=pt>. Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 1, p. 202-219, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000500010&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

DESSEN, M A; DA COSTA POLONIA, A. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, 2007. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003>. Acesso em: 12 de Outubro de 2018.

DOS SANTOS, É. C. M; DA SILVA, C. D; SEVERINO, H. F. A delinquência juvenil na cidade de Iturama: incidência, reincidência e suas causas. 2013. Disponível em:

<<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/fama/anais/ARQUIVOS/GT3-785-66-20131015171436.pdf>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2018.

DOWDNEY, L. **Nem guerra nem paz: comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada**. 7Letras, 2005. Disponível em:

<<http://www.coav.org.br/publique/media/NemguerraNempaz.pdf>>. Acesso em: 02 de Novembro de 2018.

EAST, L; JACKSON, D. BRIEN, L. Father absence and adolescent development: a review of the literature. **Journal of Child Health Care**, 10 (4), 283-295, 2006. Disponível em: <

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17101621>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2018.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2009.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1993. Disponível em:

<[file:///C:/Users/Johnathan/Downloads/GUATTARI,%20Felix%3B%20ROLNIK,%20Suely.%20Cartografias%20do%20desejo%20\[livro%20completo\].pdf](file:///C:/Users/Johnathan/Downloads/GUATTARI,%20Felix%3B%20ROLNIK,%20Suely.%20Cartografias%20do%20desejo%20[livro%20completo].pdf)>. Acesso em: 09 de Novembro de 2018.

HIRONAKA, G. M. F. N. Família e casamento em evolução. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 8, abr-jun. 1999. Disponível

em:<<http://bdpi.usp.br/item/001183074>>. Acesso em: 25 de Outubro de 2018.

JODELET, D. Representações sociais : um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao>. Acesso em: 30 de Outubro de 2018.

JOVICHELOVITCH, S. **Os contextos do saber:** representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Johnathan/Downloads/4441-7297-1-SM.pdf>>. Acesso em: 24 de Outubro de 2018.

JUSTINO, N. **Uso de Drogas na adolescência e seus impactos no âmbito familiar**. Monografias, Brasil Escola, 2005. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/sociologia/uso-drogas-na-adolescencia-seus-impactos-no-ambito-.htm>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.

KAWAMOTO, M. C. R. Aspectos da Violência. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2.714, 6 dez. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17976/aspectos-da-violencia>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2018.

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Acesso em: 03 de Novembro de 2018.

MAGESTE, G; LOPES, F. O uso da história de vida nos estudos organizacionais. **Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade**, v. 1, p. 1-16, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENEPQ345.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

MINAYO, M.C.S. Desarmar, amar e argumentar como ética de vida. **Abrasco**, v. 91, p. 20-22, 2004.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. In: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Editora Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations. **European journal of social psychology**, v. 18, n. 3, p. 211-250, 1988. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/227778646_Notes_Towards_a_Description_of_Social_Representations/download>. Acesso em: 02 de Setembro de 2018.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. de Álvaro Cabral. Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public:** étude sur la représentation sociale de la psychanalyse. Presses universitaires de France, 1961.

OLIVEIRA, M. C. R. de. **O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei**. 2002. 200f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-07052003-114821/pt-br.php>>. Acesso em: 02 de Outubro de 2018.

PEREIRA, C. M. S. **Reconhecimento da paternidade e seus efeitos**. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 7. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/34790/reconhecimento-de-paternidade-e-seus-efeitos>>. Acesso em: 05 de Novembro de 2018.

PEREIRA, F. R. P. **Jovens em conflito com a lei: a violência na vida cotidiana**. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-10032003-171030/pt-br.php>>. Acesso em: 31 de Outubro de 2018.

PEREIRA, R. C. **Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família**. 2004. 157 f. (Tese de Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2272/Tese_Dr.%20Rodrigo%20da%20Cunha.pdf>. Acesso em: 15 de Setembro de 2018.

PEREIRA, R. da C. Família, direitos humanos, psicanálise e inclusão social. **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre, v. 4, n. 16, p. 05, jan-fev-mar. 2003. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/92067/familia_direitos_humanos_pereira.pdf>. Acesso em: 22 de Outubro de 2018.

PEREIRA, S.E.F.N. SUDBRACK, M.F.O. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, 2008 abr./jun;24(2):151-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722008000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 de Outubro de 2018.

RIZZINI, I. et al. Adolescentes brasileiros, mídia e novas tecnologias. **Revista Alceu**, v. 6, n. 11, p. 41-63, 2005. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n11_Rizzini.pdf>. Acesso em: 09 de Novembro de 2018.

ROEHRS, H; LENARDT, M. H.; MAFTUM, M. A. Práticas culturais familiares e o uso de drogas psicoativas pelos adolescentes: reflexão teórica. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 353-357, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n2/v12n2a24.pdf>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2018.

RUSSO, J. As Sociedades Afetivas e Sua Evolução. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v.7, n. 32, p. 43, out - nov. 2005. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/12/familiado-seculoXXI_126.pdf>. Acesso em: 29 de Outubro de 2018.

SANCHEZ, Z.V.M. NAPPO, SA. Sequência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes. **Revista Saúde Pública**, 36(4):420-30, ago, 2002. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102002000400007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 de Setembro de 2018.

SANTOS, F. V. G dos et al. **Família:** peça fundamental na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei?. 2007. Disponível em:< <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp099591.pdf>>. Acesso em: 31 outubro de 2018, p. 62.

SCHENKER, M; MINAYO, M. C. de S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 299-306, 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232003000100022&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

SHECAIRA, S. S. **Sistemas de garantias e o Direito Penal Juvenil**. São Paulo: RT, 2008.

SILVA, A. P. S da; ROSSETTI-FERREIRA, C. Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: Uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 15, n. 3, p. 573-585, 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722002000300012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 de Outubro de 2018.

SILVA, D. F. M.; HUTZ, C. S. (2002). Abuso infantil e comportamento delinquente na adolescência: prevenção e intervenção. In: HUTZ, C. S. (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência:** Aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 151-185

SILVA, T.R. Musicalidade e Territórios da Pobreza: Juventude, periferia e manifestação popular através dos Raps de MV Bill. **Anais de Pesquisa do I Seminário Nacional de Gestão de Políticas Sociais e Território**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=92313304257232586&hl=pt-BR&as_sdt=2005&sciodt=0,5>. Acesso em: 17 de Outubro de 2018.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente**. Cortez Editora, 2001.

WALD, A. O novo direito de família. **rev. atual. e ampl.** pelo autor, de acordo com a jurisprudência e com o novo Código Civil. (Lei n. 10.406, de 10-1-2002), com a colaboração da Prof. São Paulo: Saraiva, p. 14, 2004.

WELTER, P. B. Igualdade entre filiação biológica e socioafetiva. **São Paulo: Editora Revista dos Tribunais**, 2003. p. 31. Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/49625/filiacao-biologica-e-socioafetiva>>. Acesso em: 31 de Outubro de 2018.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.